

## Arquitectura **Desencontros na Globalização**



*Plano da Bahia de Lourenço Marques (Maputo), 1870*  
 In Morais, João Sousa - Maputo  
 Património da Estrutura e Forma Urbana.  
 Lisboa: Livros Horizonte, 2001

Colegas fazedores e manipuladores de espaços, espaços vivíveis pela Sociedade, espaços modeladores e componentes da Paisagem e Ambiente, espaços palco das grandes experimentações políticas dos nossos povos nos diversos contextos particulares a cada Cultura do espaço lusófono rico pela diversidade cultural espalhada pelos cinco continentes.

Dez anos e mais que architectamos um espaço de encontro e de debate com base neste elemento comum - a lusofonia - em parte desconseguido por não ser precisado do mesmo modo pelos diversos componentes desta desconstrutura de países, continentes e hemisférios.

Em tempo de uma Globalização querendo-se afirmar sólida numa névoa de correlações de poderes ditos igualitários na palavra e assimétricos na realidade histórico-económica e na acumulação "maningue" desigual, se afirma com mais propriedade que, para nós manipuladores de

sonhos e emoções alheios, sonhos que assumimos vivamente nossos, nesta aspiração por uma vida menos dependente apenas das forças da Natureza, a Particularidade cultural é pedra de fundação do grande castelo global.

Da África sub sahariana com pessoas rendendo menos de 1 dólar por dia às Europas e Américas com vários centenas de dólares por dia por pessoa várias abordagens se desencontram neste Conselho do qual somos parte.

A Lusofonia não sendo em si um elemento unificador é uma afirmação de desequilíbrios e assimetrias expressáveis na Arquitectura e na desGlobalização. A capacidade de partilharmos o conjunto destas valiosas abordagens diferentes, em contextos ambientais e culturais específicos será a riqueza do nosso encontro no Brasil com a "Arquitectura na Globalização", que sugeriria alargar para um enfoque na afirmação das particularidades das mais pequenas realizações arquitectónicas que compõem o fantástica capacidade humana de reagir cada uma à sua medida às exigências do ambiente e da paisagem em que cada um de nós se enraiza e procura crescer e frutificar modelando o espaço futuro.

Encoragemo-nos em trazer para a mesa de debate a espantosamente grandiosa pequenez de cada uma das nossas contribuições filosóficas nas várias interpretações do espaço usando diversas interpretações do português elemento de comunicação no espaço lusófono.

Descobriremos também como consolidar esta estrutura desconstrutivista do CIALP para continuar a integrar esta diversidade de espaços lusofonantes numa unidade lusofona parte de uma Globalização rica na sua diversidade.

Tina wonana na Abril  
Ver-nos-emos em Abril

Mário António Rosário, Arquitecto  
Presidente da Junta Directiva do CIALP

# 9º Encontro CIALP

## Arquitetura, Tempo e Espaço Social (Globalização e Lusofonia)

JSCarvalho



*Botafogo com Copacabana em fundo, Maio de 2002*

O Instituto de Arquitetos do Brasil sediará no Rio de Janeiro, de 29 de Abril a 03 de Maio de 2003, o IX Encontro e Assembléia do CIALP. Mais uma vez, a grata alegria de receber no Brasil os colegas lusófonos e conversar sobre tantos assuntos de interesse comum dos nossos países.

Além dos laços culturais e fraternos que nos unem e animam para o Encontro, é a oportunidade também de dialogar acerca das responsabilidades sociais da arquitetura e das obrigações do arquiteto diante da sociedade e do tempo em que vivemos.

Trocar experiências sobre a evolução de legislações que viabilizem o cumprimento das funções sociais das cidades; sobre as conquistas tecnológicas do nosso ofício e sua necessária divulgação e apropriação livre por todos; sobre a formação dos arquitetos e conseqüente participação na solução das iniquidades que assolam nossos povos, em qualquer continente; sobre a construção e ocupação de um mundo cada vez menor (tanto pela aproximação que as comunicações hoje permitem, quanto pelo entendimento da real finitude de seus recursos) e que, sabemos, pode ser tão melhor.

Conhecer melhor o que nos une e diferencia, o que podemos e devemos fazer juntos.

Paralelamente, na mesma cidade e datas, estaremos também realizando a Mostra Internacional Rio Arquitetura – MIRA'2003, com um amplo panorama da arquitetura no planeta, e o XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos, com o tema "Arquitetura e Urbanismo em face da Globalização", que poderá trazer a contribuição dos arquitetos brasileiros em tempo real ao Encontro do CIALP.

Convidamos os colegas de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Goa, assim como os arquitetos lusófonos em atividade em outras comunidades desse pequeno grande mundo, para um encontro no Brasil ao final de Abril. E conversar sobre arquitetura, tempo e espaço social.

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, Arquitecto  
Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil  
e Delegado ao CIALP



# Nota Histórica

Fundado em 1991, o CIALP propõe o intercâmbio cultural e profissional entre mais de 90 000 arquitectos lusófonos.

Tendo sido sentido no seio da Ordem dos Arquitectos, então Associação dos Arquitectos Portugueses, o grande interesse para a melhor organização e desenvolvimento da profissão e da cultura arquitectónica nos países lusófonos, foi, num Encontro preparatório realizado em Lisboa em Março de 1990, com a presença de representantes dos sete países então independentes, aprovada por unanimidade a criação de um organismo internacional com essas finalidades.

Assim, após discussão e aprovação dos respectivos Estatutos, foi fundado o CIALP, Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa, no seu 1º Encontro de Lisboa, a 29 de Junho de 1991, com a presença de arquitectos representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe.

Em 1993, na Assembleia Geral da Cidade da Praia, foi aprovada a candidatura de Macau para a entrada neste Conselho Internacional como Membro de pleno direito, atendendo à existência no território de uma associação profissional independente e reconhecida pela UIA, União Internacional dos Arquitectos, e em 1999, Timor Leste, após candidatura feita nesse sentido na Assembleia Geral de Macau pelo Delegado dos arquitectos timorenses. Com o Estatuto de observador tem o território de Goa participado igualmente em algumas actividades.

Congrega o CIALP mais de 90.000 arquitectos, representados pelas respectivas Ordens ou Associações Nacionais de arquitectos, de um universo populacional de 200 milhões de pessoas. Honra-se este Conselho de ter sido um dos percursos da CPLP, Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, importante Comunidade de um espaço cultural afim e ao mesmo tempo plural, de afirmação do conjunto dos Países que o constituem.

O objectivo principal do CIALP, conforme estabelecem os seus Estatutos, é o de apoiar a solidariedade e incentivar o intercâmbio cultural e profissional entre as associações nacionais e respectivos membros desta importante Comunidade, dirigida por uma Junta Directiva composta por três elementos eleitos em Assembleia Geral, sendo cada País ou Região representado por dois Delegados indicados pelas respectivas Ordens ou Associações.

A sua Sede é na Travessa do Carvalho 23, 1249-003 Lisboa, destacando-se de entre outras actividades os seus Encontros periódicos, sempre acompanhados por Seminários para discussão de temas candentes ligados à profissão.

Realizaram-se tais Encontros sucessivamente em Portugal (Lisboa - 1991), Cabo Verde (Cidade da Praia - 1993), Portugal (Lisboa - 1994), Brasil (Salvador - 1995), Guiné-Bissau (Bissau - 1996), Angola (Luanda

- 1998), Macau (Macau - 1999) e Moçambique (Maputo - 2001).

Está agendada para o Rio de Janeiro em 2003 a realização do 9º Encontro CIALP onde, tal como nos outros, para além da Assembleia Geral Ordinária restrita aos Membros da Junta Directiva e Delegados das associações nacionais, haverá lugar a um Seminário temático aberto ao exterior, exposições de arquitectura, de livros e visitas técnicas guiadas.

Em Junho de 1997 foi aberta a página sobre este Conselho Internacional na Internet, à qual se acede através do *site* ou sítio [www.ordemdosarquitectos.pt](http://www.ordemdosarquitectos.pt) na pasta Relações Internacionais/CIALP. Deverá no entanto em breve ser aberto um sítio próprio.

Possui o CIALP desde Julho de 1994 um Boletim trimestral para facilitar a comunicação e informação entre os seus membros, tendo sido feitos até à actualidade 31 números. Poderão ser consultados não só na Sede como nas associações nacionais, estando o último número incluído na página da Internet.

JSCarvalho



*Comunicação do Arquitecto Mário Rosário ao 8º Encontro CIALP, Maputo 2001*

Atendendo à duração de dois anos prevista nos Estatutos para os mandatos dos elementos da Junta Directiva e à necessidade de garantir a continuidade de um conhecimento adquirido nas orientações deste Conselho Internacional, existe estatutariamente um corpo de Conselheiros, presentemente formado pelos antigos Presidentes, composto pelos Colegas Francisco da Silva Dias (Portugal), Frederico Hopffer Almada (Cabo Verde), João Honório de Mello Filho (Brasil) e José Silva Carvalho (Portugal). Outros países têm tido também presença nas Juntas Directivas do CIALP a nível da Vice-Presidência e (ou) da Secretaria Geral, como Angola e Guiné-Bissau.

A actual Junta Directiva, eleita na Assembleia Geral de Maputo, é constituída pelos seguintes Colegas:

Presidente - Mário António Rosário (Moçambique)  
Vice-Presidente - Domingos Fernandes Gomes (Guiné-Bissau)  
Secretário Geral - António Reis Cabrita (Portugal).

# Habitação Popular

## no Contexto Urbano da Ilha de São Tomé II

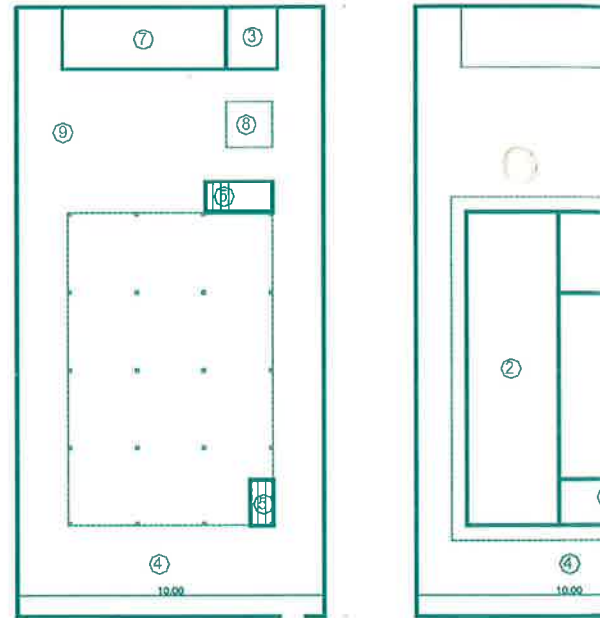
Conclusão do texto iniciado no Boletim n.º 30, cuja publicação não foi feita na versão integral apenas por razões editoriais.

Propõe-se que o desenvolvimento de uma habitação popular urbana dentro de um lote seja possível dentro de alguns parâmetros, isto é, o tipo de expansão que se pode obter. Atendendo a dimensão do lote a habitação deve expandir principalmente na horizontal embora seja teoricamente possível também na vertical. A proposta de soluções para a construção de habitação popular urbana permite que a expansão poderá ser apenas o adossamento de compartimentos como quarto, cozinha ou de instalação sanitária, tanto em espaços laterais como nas traseiras das habitações. A organização interna do lote corresponde à composição dos diversos elementos espaciais essenciais para a caracterização de um lote urbano residencial e tem uma importância decisiva para a futura construção de uma habitação popular urbana digna. A organização interna da habitação no que toca a proposta dos lotes, pequeno, médio e grande, para a habitação popular urbana constituiu-se através da disposição de elementos espaciais ou compartimentos designados de quartos, sala, cozinha, varanda e espaço de circulação ou corredor. (...) A localização da entrada no lote é determinada pela disposição urbana dos lotes, que deve ser de "costa com costa" a fim de minimizar o custo das infra-estruturas e rentabilizar o terreno disponível, que implica que a entrada ao lote seja feita na parte frontal do lote. Em alguns casos de lotes de grande largura na parte frontal, entende-se que haja entradas pedonais e para veículos devidamente clarificadas. Importa dizer que a organização do lote, com a habitação implantada no centro deste, cria dois espaços bem diferentes denominados de quintal anterior e quintal posterior, albergando um e outro funções bem distintas que segundo a vivência das pessoas. São espaços muito impor-

tantes no desenvolvimento das suas actividades residenciais.

Começando pelo quintal anterior, este espaço geralmente é destinado a pequenos jardins ou espaços verdes, que devem ser bem cuidados, sendo considerado espaço de transição entre o espaço privado (o da habitação) e o espaço público e, por último, temos o espaço denominado de quintal posterior que se destina a actividades variadas resumidas nos quadros resumo dos lotes como sendo o local para a realização das mais diversas actividades como a construção de um edifício anexo, a construção da fossa séptica, latrina, uso agrícola, tendo em conta a dimensão do lote naturalmente. A ocupação do terreno deve ser feita tendo em conta os objectivos e possibilidade sócio-urbanísticas e, por isso, a configuração dos lotes deve ir ao encontro daquilo que se pretende desenvolver dentro dos lotes. Consideram-se para efeitos práticos, neste estudo, três tipos de lotes que são designados em função da sua dimensão e configuração em Pequenos, Médios e Grandes que correspondem, como se verá, a uma dimensão criteriosa. Para reforçar o significado e a utilidade destes lotes serão apresentados alguns esquemas para os tipos de ocupação; apesar da sua variada dimensão, todos os lotes comportam uma forma de ocupação que, embora semelhante, e ajustada naturalmente à sua real dimensão. Para o primeiro, considerado o de menor dimensão, propõe-se a sua aplicação em locais onde se pretende sobretudo uma mais elevada densidade de construção habitacional, mais adequada a pequenas habitações, essencialmente para famílias menos numerosas e sobretudo para os habitantes de uma condição económica desfavorecida.

No Lote Pequeno considera-se a possibilidade de coexistirem, no sentido da sua largura, dois comparti-



### LEGENDA

- ① Zona Social
- ② Zona Intima
- ③ Zona Húmida
- ④ Zona Verde
- ⑤ Zona de Acesso
- ⑥ Varanda
- ⑦ Anexo
- ⑧ Fossa Séptica
- ⑨ Uso Agrícola (Pequena Horta)



mentos habitáveis de maior dimensão que podem ser a sala e o quarto principal ou, no máximo, um desses compartimentos de maior dimensão e um outro com dimensões mais reduzidas.

O Lote Médio tem características dimensionais adequadas a uma aplicação mais variada, que pode ser de um só piso ou de dois pisos associado a um conceito de habitação popular urbana que se propõe que seja predominante, e que permite diversas modalidades de ocupação, sendo a sua dimensão mais adequada para as famílias relativamente numerosas o que é frequente em São Tomé. É um tipo de lote adequado à expansão urbana e à periferia dos centros urbanos principais e à consolidação dos centros urbanos secundários.

O Lote Grande é o que terá naturalmente maiores dimensões, por isso deve ser aplicado nas zonas periféricas dos centros urbanos ou nas zonas mais rurais. Adequa-se também às famílias numerosas, sobretudo quando uma parte do lote se destina a habitação e outra parte está associada a outras funções tais como uso agrícola, pequenas oficinas, lojas e criação de animais que permitem a subsistência dessas famílias numerosas. Como é evidente adequa-se também a famílias com maiores disponibilidades financeiras ou famílias alargadas. (...)

Sendo a Qualidade Ambiental, factor imprescindível para uma boa habitabilidade, propõe-se que as habitações populares urbanas tenham um pé direito mínimo de 3.00m respeitando desta forma as características climáticas do local, caso excepcional de alguns zonas das habitações que possam reduzir até aos 2.60m como corredores, vestíbulos, despensas, arrumos e instalações sanitárias. A habitação popular urbana proposta deve assegurar a ventilação horizontal ou transversal no interior da habitação para a renovação do ar através dos vãos existentes nas fachadas, garantindo assim o conforto ambiental e salubridade, no interior da casa, aos seus habitantes. Por esta razão deve ficar claramente assegurada a ventilação horizontal da habitação por meios de vãos (janelas e portas) dispostos em fachadas, que permitem o arejamento interno

da habitação, e a ventilação deve ser controlada no interior através de aberturas que permitam regular a entrada e saída do ar. Os compartimentos habitáveis tais como quartos, sala e cozinha serão ventilados e iluminados por meios de vãos nas paredes das fachadas, de preferência em comunicação directa com o exterior. Os vãos exteriores, devido à sua disposição, encontram-se mais expostos a insolação directa, por isso devem ser protegidos pela cobertura ou ainda através de elementos neles aplicados que assegurem a privacidade no interior e ao mesmo tempo reduzam a intensidade solar, evitam a entrada de insectos, sem impedir a ventilação e a iluminação do interior da habitação. Nos casos em que os locais, como os corredores, vestíbulos e outros, se vêem privados de iluminação e ventilação directa do exterior, devem ser iluminados e ventilados através de fenestraçãoes como portas e bandeiras contendo painéis com grandes aberturas comunicando com compartimentos que recebem a ventilação e a iluminação directamente do exterior através de vãos (janelas e portas) dispostos em fachadas. (...)

Propõe-se para as habitações as varandas sombreadas protegendo as paredes e os vãos exteriores dos agentes climáticos e permitindo aos seus habitantes prolongada e agradável estada no exterior da habitação contribuindo para que estes sejam um local de lazer complementar. Atendendo às condições favoráveis do clima local, as habitações devem contemplar a vida no exterior com a criação de espaços de lazer ao ar livre, de modo a proporcionar aos seus habitantes contactos frequentes e permanentes com o exterior. A utilização do exterior para o desenvolvimento de actividades diversas como a preparação de refeições ao ar livre, estar no espaço verde destinado da habitação permitindo as crianças brincarem em segurança, arrumação, comunicação entre os dois espaços da habitação, isto é, quintal anterior e posterior e outros trabalhos doméstico da vida quotidiana. Atendendo a dinâmica com que se desenvolve a vida no exterior das habitações propõe-se o quintal posterior como sendo o local de ligação entre a habitação propria-

mente dita com o anexo onde se propõe em alternativa a instalação da cozinha nomeadamente quando não é adossada à habitação principal, a instalação sanitária, e que seja o local onde se lavam e passam ferro as roupas. Deste modo o quintal posterior nas traseiras das habitações é o ponto de passagem ou ainda de ligação ao edifício anexo, ou seja, o lugar onde toda a actividade doméstica se realiza. (...)

A Construção da Habitação Popular Urbana, seja qual for a sua natureza ou dimensão deve ser construída com elevado acatamento dos melhores preceitos da arte de construir e com todos os requisitos necessários a fim de garantir de forma satisfatória a qualidade da construção assegurando assim todas as condições de durabilidade, de segurança, de habitabilidade, de salubridade e estética como os aspectos mais adequados à sua utilização e a sua função urbana. Os processos construtivos a adoptar na construção das habitações devem ser adequados, quer à dimensão da habitação quer ao tipo e quer ainda à função e a característica da construção. Devem-se também adequar os processos construtivos às características climáticas de São Tomé e subordinar-se a critérios de racionalidade e economia, bem como de optimização dos recursos locais, procurando tirar o máximo partido dos materiais locais, da mão de obra e das tecnologias de construção disponíveis e das soluções já experimentadas. Como grande parte dos elementos a serem aplicados é de madeira, a Construção das Habitações também deve cumprir claramente as Condições Gerais de Segurança tanto estrutural e contra o incêndio e nomeadamente as condições de habitabilidade. Além dessas exigências de ordem geral, os seus elementos constituintes devem satisfazer sobretudo as condições específicas de cada tipo de elemento da construção a nível de fundações, pavimentos, paredes e coberturas. (...)

As Condições de Qualidade Visando a Habitabilidade das habitações devem ser asseguradas a partir da envolvente, que na altura da sua concepção, projecção e finalmente a construção da habitação garantem a sua estanqueidade relativamente à água vinda do



exterior ou em forma de humidade e que ataque os pavimentos térreos, os pilares e às paredes das habitações, por isso, o seu acesso deve ser impedido através de processos construtivos adequados. Neste mesmo sentido deve ser contido o efeito da acção do vento em relação aos dispositivos de estanqueidade tal como o revestimento das fachadas e coberturas nomeadamente através de dispositivos e critérios concebidos de modo a impedir a passagem da água para o interior da habitação. Para as habitações em que as paredes e pavimentos térreos não são sobre-elevados ou em que apesar de muros de fundação são separados do solo por grandes caixas de ar com dispositivos que permitem a ventilação horizontal/transversal devem ao longo da habitação a nível do solo ter um pavimento ou passadiço ou outro material impermeável qualquer com 1m de largura para proteger as paredes contra as infiltrações. Este pavimento ou passadiço deve ser constituído com inclinações que garantem o rápido escoamento de águas pluviais ou de lavagem que vai ligar a rede pública de drenagem pluvial. Recomenda-se que para a habitação popular se use a solução tradicional em que os pavimentos térreos são sobre-elevados, ou seja, são separados do solo por grandes caixas de ar aberta e permitem o franco arejamento desse desvão.

Os Elementos da Construção da habitação popular urbana devem ter em conta os seus elementos constituintes como base fundamental para satisfazer sobretudo as condições específicas duma habitação que se pretende que seja construída de raiz a nível de fundações, pavimentos, paredes e coberturas e os demais elementos da composição técnico--arquitectónico. (...)

As estruturas das coberturas devem, no mínimo, cumprir no que toca as condições de apoio à preservação e à protecção contra a humidade. Propõe-se que, devido ao clima demasiado chuvoso, as coberturas devam ser inclinadas, de duas ou quatro águas, e bem projectadas para lá das paredes para facilitar com rapidez o escoamento das águas pluviais e a estanqueidade.

Por uma questão de segurança e de durabilidade do próprio material, entende-se que a cobertura só deve ser visitável ou acessível as pessoas apenas em situações particulares de manutenção. Em São Tomé é costume usarem as coberturas de chapas de zinco para secarem peixe, o que se deve evitar de todo, para não danificar as respectivas chapas de zinco.

*Juscelino Ramos da Costa Ten-Jua, Arquitecto  
(São Tomé e Príncipe)*



## 9º Encontro CIALP - Rio de Janeiro

29 de Abril a 3 de Maio 2003

Ficha de Inscrição

Nome:

Nacionalidade:

Profissão:  Ocupação:

País onde reside:  Cidade:

Código do País:  Código da Cidade:

Endereço:

C.P.  Tel  Fax

E-mail

### Material a apresentar no Seminário

Comunicação	<input type="checkbox"/>	Sub-tema	<input type="checkbox"/>
Diapositivos	<input type="checkbox"/>	Transparências	<input type="checkbox"/>
Video	<input type="checkbox"/>	Exposição de projectos	<input type="checkbox"/>
Dimensões	<input type="text"/>	N.º de painéis	<input type="checkbox"/>

### Tema: Arquitectura, Tempo e Espaço Social

- I Património Arquitectónico e Desenvolvimento: do Edifício à Área Urbana
- II Globalização e Lusofonia na Arquitectura e no Urbanismo

Ficha a devolver para a OA até 11 de Abril pelo fax 00 351 21 324 11 01



# 9º Encontro e Assembleia Geral do CIALP Rio de Janeiro

29 de Abril a 3 de Maio 2003

A cidade do Rio de Janeiro, entre Março e Abril de 2003, poderá ser considerada a capital internacional da Arquitectura.

Para além da realização do XVII Congresso Brasileiro de Arquitectos, com o tema da Globalização, será prestada homenagem aos Arquitectos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Também irá ser realizada a MIRA 2003 - 1ª Mostra Internacional Rio Arquitectura - que acontecerá de Abril a Maio de 2003 nos principais centros culturais do Rio de Janeiro.

Conta-se com a participação de mais de oito mil visitantes, nacionais e internacionais, aproveitando a oportunidade para se reflectir sobre os rumos da arquitectura contemporânea.

Neste âmbito, consideramos ser importante a participação de Portugal, não apenas através de intervenções temáticas mas, acima de tudo, como impulsionadores de um relançar da Arquitectura de expressão portuguesa.



*Lado sul do Rossio ou Praça da Constituição  
(actual Praça Tiradentes), Rio de Janeiro.  
Litografia de Henderson, 1821.*

*In Pereira, Francisco (coord.) - Imagens da Formação Territorial Brasileira. Brasil: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.*

## Brasil – Rio de Janeiro

28 de Abril a 04 de Maio de 2003

### Voos

28 de Abril – Lisboa/Rio de Janeiro – TP 1553 – 09:45/15:30

04 de Maio – Rio de Janeiro/Lisboa – TP 1554 – 17:00/06:20 do dia seguinte

### Hotéis

**Opção a** Hotel Melia Barra (Barra) - a 7 minutos do local do Encontro

**Opção b** Hotel Miramar (Copacabana) - a 1 hora do local do Encontro

### Preços por pessoa (mínimo 20 participantes):

	<b>Hotel Melia Barra</b>	<b>Hotel Miramar</b>
. Em Quarto Duplo	Euro 1.038,00	Euro 1.065,00
. Em Quarto Single	Euro 1.210,00	Euro 1.264,00

Sinalização de 50% na altura da reserva (em caso de desistência após confirmação da reserva, a taxa de cancelamento poderá corresponder ao valor total do programa).

### Os preços incluem:

Passagem aérea ida e volta em classe turística, taxas de segurança, de aeroporto e de saída do Brasil, estadia no Rio de Janeiro no hotel seleccionado por 6 noites, pequeno almoço no hotel, transporte aeroporto/hotel/aeroporto, seguro de assistência em viagem, iva, taxas de turismo e serviços, assistência TopAtlântico Brasil.

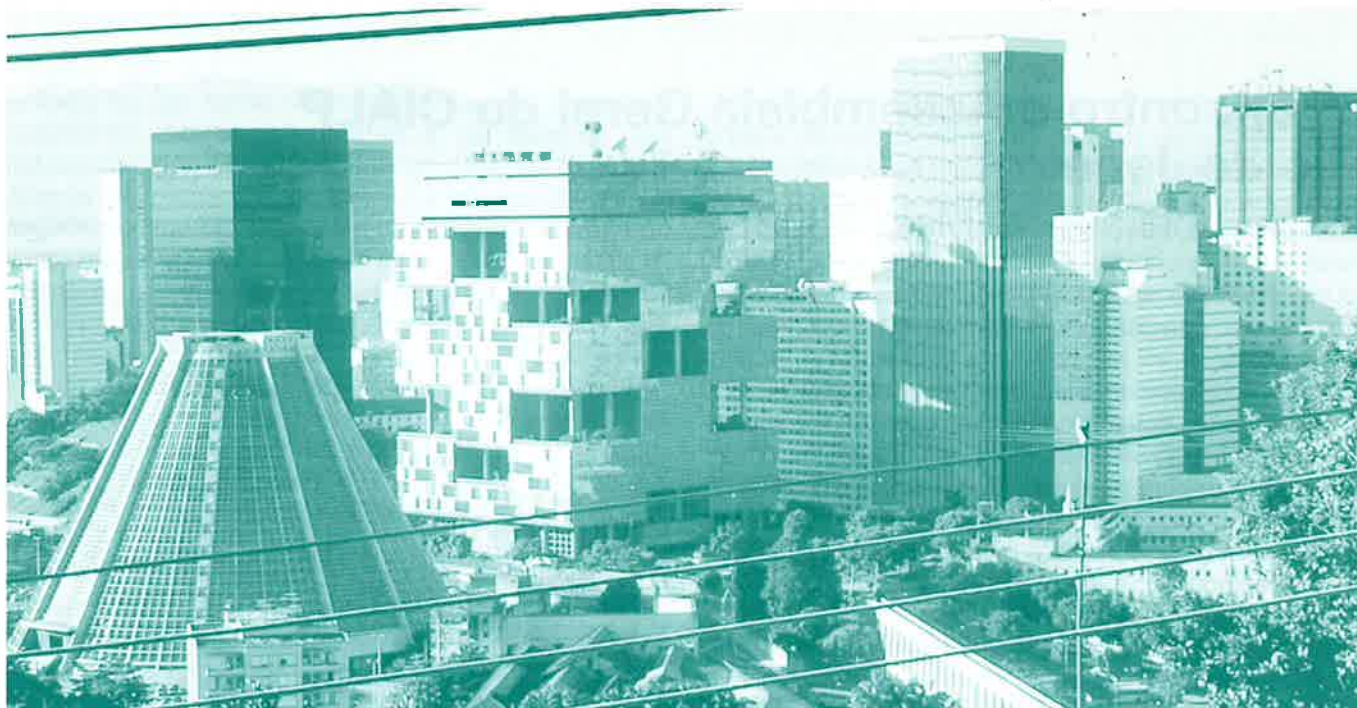
### Os preços não incluem:

Obtenção de passaportes (obrigatórios e com mínimo de 6 meses de validade), visitas e/ou refeições, extras de carácter pessoal ou qualquer serviço não mencionado.



#### Reservas e Informações:

TopAtlântico - Agência Marquês de Pombal  
Dept. Grupos, Congressos & Incentivos  
Av. Duque de Loulé 108, 1050-093 Lisboa  
Tel. 213108810 / Fax. 213108896  
Email: group-dept@topatlantico.com  
Óscar Moura / Ana Gomes



Rio de Janeiro. Edifício da Petrobrás (Oscar Niemeyer), entre a Catedral de São Sebastião e o Aqueduto de 1750.

## 9º Encontro e Assembleia no Rio de Janeiro

### O que é o Encontro

O Instituto dos Arquitectos do Brasil tem já avançados os preparativos para a realização do 9º Encontro CIALP na cidade do Rio de Janeiro entre 29 de Abril e 3 de Maio. O tema geral do Encontro é **Arquitectura, Tempo e Espaço Social**, o qual se subdivide em subtemas mais concretos nos quais se estruturarão os trabalhos:

**I Património Arquitectónico e Desenvolvimento: do Edifício à Área Urbana**

**II Globalização e Lusofonia na Arquitectura e no Urbanismo**

O Encontro CIALP decorre em paralelo com o XVII Congresso dos Arquitectos Brasileiros que é subordinado ao tema geral "Arquitectura e Urbanismo em Face à Globalização", pelo que os participantes no Encontro poderão beneficiar dos actos e eventos sociais e culturais que o Encontro prevê e dos múltiplos que o Congresso brasileiro naturalmente também propiciará, tanto no centro de congressos Riocentro como no resto da cidade.

### Inscrição no Encontro

O Encontro é aberto a todos os arquitectos do espaço lusófono que se queiram inscrever e prevê a apresentação de comunicações e a participação em conferências e em espaços de debate do tipo Mesa Redonda que se realizarão de acordo com os subtemas.

Apelamos, desde já, à inscrição dos arquitectos do espaço lusófono junto das respectivas associações profissionais em cada país/região. Sabemos nomeadamente que as associações de arquitectos de Moçambique e de Angola já estão a preparar as respectivas participações nacionais. A participação portuguesa também está em fase avançada de preparação, tanto para os trabalhos do Encontro como para a exposição sobre a arquitectura portuguesa.

No caso português e no dos arquitectos de países que ainda não tenham associação de arquitectos a inscrição deverá ser enviada/entregue no Gabinete das Relações

Internacionais da OA, que assegura também o secretariado do CIALP, preenchendo a ficha de inscrição. As informações pertinentes relativamente à viagem, à estadia e ao Programa detalhado do Encontro serão enviadas pessoalmente aos arquitectos que fizerem a sua inscrição.

Tendo em vista principalmente os arquitectos que partam de Portugal são apresentadas, neste Boletim, as condições quanto ao tipo e preço de viagem e de estadia de uma agência de viagens que, entre algumas consultas ao mercado, apresentou condições consideradas como mais favoráveis.

### Participações nacionais

Apelamos também a que as diversas participações nacionais se façam também através de painéis ilustrativos, ou outro processo, da actividade mais relevante dos arquitectos e da arquitectura em cada país. Em princípio podem ser apenas folhas enroláveis mas resistentes, de formato A1, mas recomenda-se que estes aspectos sejam acertados entre o dirigente designado da associação interessada e o Presidente do IAB (tel. 55 61 2264722) Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz.

### IX Assembleia CIALP

As associações de arquitectos dos países/regiões membros do CIALP vão começar a receber informação sobre os trabalhos que decorrerão na IX Assembleia do CIALP no Rio de Janeiro, em separado do Encontro. Nela participarão apenas os dois Delegados a que cada país/região tem direito, além dos membros da Junta Directiva e da Junta Consultiva. Os trabalhos destinam-se a debater e a decidir assuntos relacionados com o desenvolvimento futuro do CIALP. Apela-se a uma reflexão, desde já, sobre os referidos assuntos e à máxima participação de cada associação na preparação e participação nos trabalhos logo que for divulgada a Ordem de Trabalhos e eventuais textos para debate.

António Reis Cabrita, Arquitecto  
Secretário da Junta Directiva do CIALP